AGRA AGROINDUSTRIAL DE ALIMENTOS S.A.

CNPJ 24.746.687/0001-77

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - ANO DE 2017

AGRA AGROINDUSTRIAL DE ALIMENTOS S.A., companhia brasileira de capital fechado, por meio da sua administração, apresenta suas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros IFRS (International Financial Reporting Standards) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board). A Diretoria.

Balanço patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2017	2016
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	249	249
Bancos exterior disponível	1.045	921
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	382	433
Bancos conta vinculada (Nota 7)	322	1.966
Contas a receber de clientes (Nota 8)	3.221	16.421
Estoques (Nota 9)	9.621	31.385
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 10)	38.667	21.651
Adiantamento a fornecedores	4.913	2.465
Outros ativos (Nota 11)	21.989	14
	80.409	75.505
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (Nota 15)	3.925	3.925
Impostos a recuperar (Nota 10)	38.687	
Investimento	1	1
Imobilizado (Nota 12)	64.866	80.729
Intangível	65	81
	107.544	84.736
Total do ativo	187.953	160.241

Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante		
Fornecedores	8.548	34.961
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	25.882	20.107
Salários e encargos sociais	4.407	4.716
Impostos e contribuições a recolher (Nota 14)	4.740	3.143
Provisão para contingências (Nota 15)	1.433	2.105
Adiantamento de clientes	1.890	4.056
Outros passivos	2.267	4.288
Partes relacionadas (Nota 16)	4.261	8.435
	53.428	81.811
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	2.365	3.773
Impostos e contribuições a recolher (Nota 14)	22.518	6.013
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 22)	1.678	7.400
Partes relacionadas (Nota 16)	34.036	42.240
	60.597	59.426
Patrimônio líquido (Nota 17)		
Capital social	104.500	104.500
Reserva Legal	2	2
Ajustes de avaliação patrimonial	13.047	13.719
Prejuízos acumulados	(43.621)	(99.217)
	73.928	19.004
Total do passivo e patrimônio líquido	187.953	160.241

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 1 de janeiro de 2016	104.500	2	14.661	(101.420)	17.743
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado			(942)	942	
Lucro líquido do período				1.261	1.261
Em 31 de dezembro de 2016	104.500	2	13.719	(99.217)	19.004
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado			(672)	672	
Lucro líquido do período				54.924	54.924
Em 31 de dezembro de 2017	104.500	2	13.047	(43.621)	73.928

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2016
Receita líquida (Nota 18)	422.298	499.412
Custos dos produtos vendidos (Nota 19)	(370.821)	(450.593)
Lucro bruto	51.477	48.819
Despesas de vendas (Nota 19)	(30.171)	(32.020)
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(6.015)	(7.974)
Outras receitas (despesas) (Nota 20)	8.263	2.715
Lucro operacional	23.554	11.540
Despesas financeiras (Nota 21)	(24.684)	(26.397)
Receitas financeiras (Nota 21)	7.476	17.131
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.346	2.274
Imposto de renda e contribuição social (Nota 22)		
Corrente	(2.005)	(1.498)
Diferido	50.583	485
Lucro líquido do período	54.924	1.261
Lucro líquido do período por ação	0,76	0,02

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2017	2016
Lucro líquido do período	54.924	1.261
Outros componentes do resultado abrangente:		
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	1.018	1.428
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	(346)	(486)
Resultado abrangente do período	55.596	2.023

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	54.924	1.261
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:		
Provisão para devedores duvidosos	124	395
Juros e variação cambial apropriados	5.202	(3.662)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.722)	(486)
Depreciação e amortização	3.487	3.901
Provisão para contingências	(672)	767
	57.343	2.176
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Redução (aumento) nos saldos ativos		
Títulos e valores mobiliários	1.571	(1.870)
Contas a receber de clientes	13.077	27.633
Estoques	21.764	1.982
Adiantamentos a fornecedores	(2.448)	1.288
Impostos a recuperar	(55.703)	(5.728)
Depósitos judiciais		470
Outros ativos	(21.975)	73
Aumento (redução) de saldos passivos		
Fornecedores	(26.413)	2.978
Salários e encargos sociais	(309)	427
Impostos e contribuições a recolher	18.102	(5.869)
Adiantamento de clientes	(2.166)	492
Outros passivos	(2.021)	3.716
	(56.521)	25.592
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	822	27.768
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado, matrizes e intangível	(4.114)	(3.503)
Baixa de imobilizado (líquida)	16.506	13
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	12.392	(3.490)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos tomados	34.877	34.391
Pagamentos de empréstimos	(34.026)	(36.348)
Pagamentos de juros	(1.687)	(2.230)
Transações com partes relacionadas	(12.378)	(22.197)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(13.214)	(26.384)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(2.106)
Demonstração da variação no caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	249	2.355
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	249	249
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(2.106)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado

1 Informações gerais - A Agra Agroindustrial de Alimentos S.A. foi constituída em 27 de junho de 1988, sociedade anônima fechada, com sede em Rondonópolis - MT, tendo como objetivo social a criação, abate, industrialização e comercialização de suínos e bovinos, operando ainda na comercialização, beneficiamento, armazenamento e industrialização de insumos para ração animal, industrialização e comercialização de cereais e seus subprodutos, podendo ainda participar em outras sociedades. Desde o segundo semestre de 2013, a Companhia vem trabalhando exclusivamente no abate, industrialização e comercialização de bovinos. Em 31 de dezembro de 2014, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária da sua controladora Alibem Alimentos S.A. ("Alibem"), os acionistas aprovaram a cisão parcial do patrimônio líquido da Alibem, referente à participação detida na Agra Agroindustrial de Alimentos S.A., sendo que a totalidade de suas ações foram vertidas à Newali Participações Societárias Ltda. ("Newali"), passando a ser a nova controladora da Companhia a partir desta data. Destaca-se que a composição societária da nova controladora Newali é a mesma da Alibem, consequentemente, as transações e saldos entre as Companhias continuam sendo apresentadas como Partes Relacionadas. Em 16 de abril de 2015, foi registrado o distrato social da Newali Participações Societárias Ltda. ("Newali"), tendo seus haveres, constituídos por ações da Companhia Agra Agroindustrial de Alimentos S.A., sido vertidos para os sócios, pessoas físicas. Em 1º de julho de 2015, foi constituída a Carlos Lee Participações e Administração Ltda., com registro na junta comercial em 18 de agosto de 2015. Neste ato, o capital social da mesma foi integralizado com a entrega das ações da Companhia Agra Agroindustrial de Alimentos S.A., passando a mesma a ser a nova controladora da Companhia a partir desta data. Destaca-se que a composição societária da nova controladora Carlos Lee Participações e Administração Ltda. é a mesma originariamente da Alibem, consequentemente, as transações e saldos entre as Companhias continuam sendo apresentadas como Partes Relacionadas. Os Administradores da controladora, Carlos Lee Participações e Administração Ltda., informaram que foi implantado um projeto estratégico na Companhia ao longo de 2015 com o objetivo de retomar a lucratividade nas suas operações. Este projeto teve o acompanhamento direto de todo o corpo diretivo da Agra, assim como dos Administradores da controladora, consiste em melhorias de processo, buscando maior eficiência em pontos chave da Companhia nas suas principais áreas: compras, indústria (abate e subprodutos) e comercial, bem como o aumento da capacidade de abate de bovinos de 600 cabeças/dia para 700 cabeças/dia com objetivo de otimização do custo fixo industrial. Por fim, os Administradores da controladora Carlos Lee Participações e Administração Ltda. ratificam que têm, atualmente, intenção de conceder todo o apoio financeiro e estratégico necessários à continuidade normal das operações da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva em 8 de março de 2018. **2 Resumo das principais políticas contábeis -** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios ou períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação e declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de determinados bens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Áquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As políticas contábeis e os métodos de cálculo são os mesmos nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas quando comparados com as demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2016 que foram disponibilizadas em 8 de março de 2017. **2.2 Conversão de moeda estrangeira -** As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **2.4 Ativos financeiros -** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **(b) Empréstimos e recebíveis -** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). **2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge -** A Companhia possui instrumentos financeiros representados substancialmente por contas a receber de clientes e empréstimos mantidos com as instituições financeiras. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores líquidos de mercado se aproximam dos seus valores contábeis. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados, por valores não expressivos, para se proteger contra o risco relativo a moedas estrangeiras, e encontram-se pelos seus valores justos. **2.6 Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos ("PDD" ou *impairment).* **2.7 Estoques -** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.8 Ativos intangíveis** - Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são registrados pelo custo de aquisição. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. **2.9 Imobilizado** - Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, com base nas taxas mencionadas na Nota 12. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de bens do imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **2.10 *Impairment* de ativos não financeiros -** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.11 Contas a pagar aos fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.12 Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.13 Provisões** - Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.15 Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.16 Reconhecimento da receita -** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos -** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas explicativas. **4 Informações sobre sinistro -** No dia 16 de setembro de 2017, ocorreu um incêndio que atingiu parte da unidade fabril. O fogo foi totalmente controlado na mesma noite, causando apenas danos materiais. Os colaboradores presentes no momento do sinistro foram rapidamente retirados em segurança e não houve feridos, a área atingida foi isolada para apuração das causas do sinistro. A Companhia possui seguro patrimonial, que cobre os riscos de incêndio, sobre o ativo imobilizado e estoques, a seguradora já foi acionada e as exigências necessárias para o reembolso do seguro já foram atendidas e encontra-se em processo de regulação/reembolso. As atividades fabris estão suspensas até a completa recuperação das instalações, com previsão de retomada para abril de 2018. A Companhia trabalha com alternativas para atendimento aos seus clientes no mercado interno, durante este período de suspensão das suas atividades. A partir de dezembro de 2017, a Companhia contratou a produção (abate e desossa) em terceiros e, durante algum período anterior a esta contratação, fez a aquisição de produtos para revenda. Conjuntamente com a reconstrução da unidade fabril a Companhia estará investindo no aumento da capacidade de abate e na modernização das suas máquinas e equipamentos utilizados no seu processo produtivo. **5 Caixa e equivalentes de caixa**

	2017	2016
Disponibilidades	227	190
Contas correntes bancárias	22	59
	249	249

6 Títulos e valores mobiliários - Em 31 de dezembro de 2017 os títulos e valores mobiliários estão sendo remunerados pela taxa de 99% (2016 - 98%) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. **7 Bancos conta vinculada -** Representado por valores recebidos mantidos em garantia a operações de empréstimos no Brasil. **8 Contas a receber de clientes**

	2017	2016
Mercado interno	4.205	8.014
Mercado externo	996	10.264
Provisão para devedores duvidosos	(1.980)	(1.857)
	3.221	16.421

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A seguir apresentamos as operações vencidas e a vencer, para as quais a Companhia registrou provisão para devedores duvidosos quando entendeu ser necessário:

	2017	2016
A vencer	1.761	14.971
Vencidas entre 1 e 30 dias	337	1.189
Vencidas entre 31 e 180 dias	1.401	455
Vencidas há mais de 180 dias	1.702	1.663
Total saldos vencidos e a vencer	5.201	18.278
Provisão para devedores duvidosos registrada	(1.980)	(1.857)

A movimentação da provisão para devedores duvidosos encontra-se demonstrada a seguir:

	2017	2016
Saldo inicial	(1.857)	(1.462)
Adição	(123)	(470)
Recuperação de créditos	123	75
Saldo final	(1.980)	(1.857)

9 Estoques

	2017	2016
Produtos acabados	3.199	20.124
Matérias primas	395	3.136
Materiais secundários	16	29
Materiais de almoxarifado	4.673	4.624
Em poder de terceiros	1.338	3.472
	9.621	31.385

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, parte dos estoques da Companhia estão dados em garantia de empréstimos e financiamentos. O montante das perdas de estoques, relativos ao incêndio ocorrido em 16 de setembro de 2017, foi de R$ 4.389 registrado em contrapartida a conta "Cobertura de sinistros - estoque", no ativo circulante conforme detalhado na Nota 11, uma vez que a Administração entende que sua totalidade será ressarcida pela seguradora. **10 Impostos a recuperar**

	2017	2016
PIS	13.928	3.824
COFINS	60.684	16.256
Imposto de renda	205	10
ICMS	2.465	
Contribuição social	72	1.561
	77.354	21.651
Circulante	38.667	21.651
Não circulante	38.687	
	77.354	21.651

Foi contabilizado, no período, R$ 49.574, relativo a créditos de prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) de períodos anteriores. Deste montante, R$ 25.178 foi aplicado no Programa de Regularização Tributária (PRT) relativo a débitos contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural - Funrural. Ainda, foi transferido para a coligada Alibem Alimentos S/A o valor de R$ 15.176, utilizado no PRT efetuado pela mesma. **11 Outros ativos**

	2017	2016
Seguros a apropriar	301	
Cheques devolvidos	14	14
Cobertura de sinistro - estoque	4.389	
Cobertura de sinistro - imobilizado	16.245	
Cobertura de sinistro - outros gastos	1.040	
	21.989	14

12 Imobilizado

	Terrenos, construções e instalações	Veículos, máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 1.º de janeiro de 2015	58.898	13.519	468	8.258	81.143
Custo	75.051	28.262	1.384	8.258	112.955
Depreciação acumulada	(16.153)	(14.743)	(916)		(31.812)
Saldo contábil, líquido	58.898	13.519	468	8.258	81.143
Saldo Inicial	58.898	13.519	468	8.258	81.143
Aquisições		891	197	2.393	3.481
Alienações Valor Original		(18)	(11)		(29)
Alienações Depreciações		13	4		17
Transferência	41	(12)	63	(92)	
Depreciação	(1.429)	(2.339)	(115)		(3.883)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	57.510	12.054	606	10.559	80.729
Custo	75.092	29.123	1.633	10.559	116.407
Depreciação acumulada	(17.582)	(17.069)	(1.027)		(35.678)
Saldo contábil, líquido	57.510	12.054	606	10.559	80.729
Saldo Inicial	57.510	12.054	606	10.559	80.729
Aquisições	4	1.530	205	2.368	4.107
Alienações Valor Original	(20.428)	(5.725)	(232)		(26.385)
Alienações Depreciações	5.714	4.087	76		9.877
Transferência	(164)	684	(67)	(453)	
Depreciação	(1.121)	(2.216)	(125)		(3.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	41.515	10.414	463	12.474	64.866
Custo	54.504	25.612	1.539	12.474	94.129
Depreciação acumulada	(12.989)	(15.198)	(1.076)		(29.263)
Saldo contábil, líquido	41.515	10.414	463	12.474	64.866
Taxas de depreciação - %	1,7 a 36,4	2,5 a 44,5	2,1 a 33,3		

O montante das baixas líquidas de imobilizado, relativos ao incêndio ocorrido em 16 de setembro de 2017, foi de R$ 16.245 registrado em contrapartida a conta "Cobertura de sinistros - imobilizado", no ativo circulante conforme detalhado na Nota 11, uma vez que a Administração entende que sua totalidade será ressarcida pela seguradora. **13 Empréstimos e financiamentos (a) Posição**

	Encargos financeiros	2017	2016
FINAME	4,72 % a.a.(*)	1.486	2.156
Adtos. contrato de câmbio	7,67 % a.a. (*)	24.637	18.594
Pré-pagamento de exportação	Libor + 5,14% a.a.	2.059	3.079
Outros		65	51
		28.247	23.880
Circulante		25.882	20.107
Não circulante		2.365	3.773
		28.247	23.880

(*) Média ponderada das transações. **(b) Vencimento -** As parcelas do não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2017	2016
2018		1.431
2019	1.440	1.431
2020 em diante	925	911
Não circulante	2.365	3.773

(c) Garantias - Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, estoques, aval dos diretores e alienação fiduciária de bens e imóveis. **14 Impostos e contribuições a recolher**

	2017	2016
ICMS	4.898	6.292
INSS Parcelamento ordinário	527	1.219
PRT - Demais débitos (*)	5.036	
PRR - (Funrural) (**)	10.863	
Impostos sobre a renda	1.546	
Contribuição social lucro líquido	547	
Funrural com depósito judicial	3.808	
Outros débitos	33	1.645
	27.258	9.156
Circulante	4.740	3.143
Não circulante	22.518	6.013
	27.258	9.156

(*) A empresa aderiu ao PRT - Demais débitos, com a possibilidade de utilização de créditos decorrentes de prejuízos fiscais (IR) e base de cálculo negativa da CSLL. (**) A empresa aderiu também ao PRR, em ambos parcelamentos foram tratados débitos de Funrural período janeiro de 2013 a março de 2017. **15 Provisão para contingências e depósitos judiciais - (a) Depósitos judiciais**

	2017	2016
Depósitos judiciais trabalhista	62	74
Depósitos judicial Funrural	3.808	3.808
Depósitos e cauções	55	43
	3.925	3.925

(b) Contingências - A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Nesse contexto, a administração, com base na opinião de assessores jurídicos e com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas registrou na conta de outros passivos provisão para contingências trabalhistas e outras no montante de R$ 1.433 (2016 - R$ 2.105). As provisões são constituídas por valores considerados suficientes para atender a eventuais perdas prováveis nas demandas judiciais, considerando-se a opinião dos seus assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui depósitos judiciais registrados para as contingências acima no montante de R$ 3.925 (2016 - R$ 3.925). A Companhia é parte em ações de naturezas tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. **16 Partes relacionadas -** O montante registrado no passivo circulante e não circulante se refere substancialmente a empréstimo de mútuo mantido com a coligada Alibem Alimentos S.A., no valor de R$ 37.026 (2016 - R$ 49.403) com prazo para liquidação até 31 de dezembro de 2020. Sobre essas operações incidem juros de 8,30% a 11,43% ao ano e são garantidas pelo acionista controlador, Carlos Lee Participações e Administração Ltda., mesmo acionista controlador da Companhia. Os demais valores registrados no passivo não circulante, se refere a mútuos recebidos de terceiros e monta R$ 1.271 em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, relativos às operações mantidas com a Alibem Alimentos S.A., decorrem de transações realizadas sob condições contratuais e usuais de mercado para respectivos tipos de operações e estão sumarizadas a seguir:

	2017	2016
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes	3	1.171
Demonstração do resultado do exercício		
Receita da venda de produtos	4.826	11.799
Despesas financeiras	4.440	5.312

17 Patrimônio Líquido - Capital Social e direito das ações - Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital social estava dividido em 72.269.016 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, cada uma com direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas. **18 Receita líquida**

	2017	2016
Mercado interno	296.866	347.352
Mercado externo	147.551	174.877
Devolução de vendas	(15.842)	(17.666)
Impostos sobre vendas	(6.277)	(5.151)
	422.298	499.412

19 Custos e despesas por natureza

	2017	2016
Custo dos produtos e serviços vendidos	364.337	450.593
Custos gerais da atividade suspensa	6.484	
Despesas com vendas	30.171	32.020
Despesas gerais e administrativas	6.015	7.974
	407.007	490.587
Pessoal	26.913	31.409
Comissões sobre vendas	2.908	2.801
Serviços de terceiros	3.330	4.245
Matéria prima	317.715	399.534
Manutenção	4.060	3.443
Materiais consumidos	2.731	3.063
Fretes sobre vendas	24.669	26.706
Despesas com exportação	1.482	1.116
Depreciação e amortização	3.487	3.902
Custos gerais da atividade suspensa	6.484	
Outros	13.228	14.368
	407.007	490.587

20 Outras receitas (despesas), líquida

	2017	2016
Indenização de seguros	1.890	1.114
Receitas aluguéis	546	684
Recuperação crédito baixado como perda		75
Crédito extemporâneo de impostos	183	133
Reversão estorno de crédito PIS/COFINS	35.761	
Venda de Imobilizado		778
Baixa bens imobilizado	(259)	(13)
Outras Receitas (Despesas)	1.321	(56)
Funrural (*)	(31.179)	
	8.263	2.715

(*) O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu, no dia 31 de março de 2017, o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 718.874, com repercussão geral, tendo os Ministros do STF decidido ser constitucional a contribuição previdenciária (Funrural) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural dos empregadores, pessoas físicas.

21 Resultado financeiro

	2017	2016
Juros auferid